e o seu § único, o artigo 39.º, o artigo 40.º e o seu § único, o artigo 41.º e o seu § único e os artigos 50.º, 54.º, 55.º, 59.º, 69.º, 73.º e 74.º

Art. 57.º O presente diploma entra em vigor a partir do dia 1 do mês seguinte ao da data da sua publicação.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 7 de Abril de 1967. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — António Jorge Martins da Mota Veiga — Manuel Gomes de Araújo — Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior — João de Matos Antunes Varela — Ulisses Cruz de Aguiar Cortés — Joaquim da Luz Cunha — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira — Eduardo de Arantes e Oliveira — Joaquim Moreira da Silva Cunha — Inocêncio Galvão Teles — José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — José João Gonçalves de Proença — Francisco Pereira Neto de Carvalho.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas

Portaria n.º 22 624

Tendo-se reconhecido a conveniência de alterar algumas disposições que regulam o recrutamento e selecção do pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas e de reunir num só diploma as normas que passam a regulamentar o assunto, com excepção das regras relativas ao pessoal de investigação, que constarão de diploma especial:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Agricultura, ao abrigo do disposto no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 35 422, de 29 de Dezembro de 1945, o seguinte:

I

Dos provimentos

1. Com reserva das excepções estabelecidas nas respectivas leis orgânicas e noutras disposições de carácter idêntico em vigor, o provimento nos lugares dos quadros da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas faz-se normalmente precedendo concurso.

2. A promoção de uma a outra categoria do quadro faz-se alternadamente na proporção de três vagas por concurso e uma por antiguidade, contada esta na categoria em que se encontram os concorrentes.

§ único. No caso de promoção por antiguidade e em igualdade de condições, desempata a ordem de classificação dos candidatos no concurso para a categoria em que se encontram.

II

Dos concursos

3. Os concursos podem ser documentais, ou documentais com prestação de provas, e classificam-se, conforme a natureza das vagas e as regras que condicionam o seu preenchimento, em concursos de admissão, de apuramento, de nomeação e de promoção.

4. São preenchidos, precedendo concurso documental de admissão, os lugares de técnico, médico veterinário e regente agrícola de 3.ª classe, subinspector, adjunto de inspecção, médico nutricionista, entomologista, naturalista, químico-analista, analista, preparador, ajudante e auxiliar de laboratório, decorador, desenhador de 3.ª classe, téc-

nico de questões económicas, bibliotecário-arquivista, tradutor-correspondente, auxiliar de campo de 3.ª classe e guarda agrícola e, precedendo concurso documental de admissão com prestação de provas, os lugares de aspirante e de dactilógrafo.

§ único. Os concursos de admissão de pessoal no quadro técnico podem ser limitados ao preenchimento de lugares para que se exija, além da habilitação geral, a habilitação especial indicada pela natureza de funções ou pelo seu carácter especializado.

5. Ficam sujeitos ao concurso de apuramento os candidatos admitidos nas condições dos artigos 9.º e 10.º do Decreto n.º 41 588 nos lugares de subinspector, adjunto de inspecção, químico-analista, analista, preparador, ajudante e auxiliar de laboratório.

§ 1.º Os concursos de apuramento são documentais e com prestação de provas.

§ 2.º São dispensados do serviço, mediante rescisão do contrato, os candidatos que não obtenham aprovação nos concursos de apuramento.

6. O preenchimento dos lugares de inspector-chefe, chefe de repartição, inspector e chefe de secção do quadro administrativo faz-se, precedendo concurso de nomeação, sempre, que deva ser realizado nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 35 422 e dos §§ 1.º e 2.º do artigo 4.º do Decreto n.º 41 588.

§ único. O concurso é documental para os lugares de inspector-chefe, chefe de repartição e inspector, sendo documental com prestação de provas para o lugar de chefe de secção.

7. Os lugares de técnico, de médico veterinário, de regente agrícola, de desenhador e de auxiliar de campo de 1.ª e de 2.ª classes são preenchidos, precedendo concurso documental de promoção, sempre que a vaga não tenha de ser preenchida por antiguidade nos termos deste regulamento.

8. Os lugares de primeiro, segundo e terceiro-oficial são preenchidos, precedendo concurso documental de promoção com prestação de provas, desde que não se verifique a condição referida na parte final do número anterior.

9. Para efeito da realização dos concursos, será publicado aviso no *Diário do Governo*, do qual constará a natureza e objectivos do concurso, as condições exigidas para admissão dos candidatos e, quando seja caso disso, os serviços, grupos de serviços ou organismos a que se destinam os lugares a preencher ou ainda as habilitações especiais necessárias para o conveniente exercício das funções que lhes são inerentes.

§ 1.º Nos concursos de promoção, à excepção dos referidos no n.º 8, são concorrentes obrigatórios, independentemente de requerimento, todos os funcionários do respectivo quadro da categoria imediatamente inferior e que possuam condições legais para a promoção.

§ 2.º Quando haja vagas a preencher por concurso de promoção, publicar-se-á convite no *Diário do Governo* aos concorrentes que desejem submeter à apreciação do júri quaisquer documentos ou publicações que ajudem a esclarecê-lo sobre o seu mérito, para o que devem juntá-los ao requerimento que nesse sentido apresentem.

§ 3.º As publicações que se encontrem depositadas na biblioteca geral ou suas delegações podem, para o efeito, ser requisitadas pelos interessados, os quais ficarão responsáveis pela sua entrega logo que a Repartição de Serviços Administrativos lhas devolva.

§ 4.º A documentação referida nos parágrafos anteriores será entregue no prazo de vinte dias, a contar da data da publicação do respectivo aviso, para o que a biblioteca geral ou suas delegações deverão satisfazer prontamente, e no prazo máximo de dez dias, as respectivas requisições.

10. Os concursos de admissão e de nomeação são abertos quando a conveniência dos serviços o indicar e os de promoção dentro do prazo de 30 dias, contados a partir da data de abertura da vaga.

11. Os concursos de apuramento serão abertos passado que seja o prazo mínimo de um ano, a contar da data da admissão dos candidatos ao serviço.

12. Os requerimentos dos candidatos aos concursos de admissão e de nomeação serão dirigidos ao director-geral dos Serviços Agrícolas, acompanhados de uma cópia em papel comum, instruídos com os documentos referidos no n.º 18 e apresentados no prazo de 30 dias, a contar da publicação do aviso no *Diário do Governo*.

§ 1.º Do requerimento constará a discriminação dos documentos e trabalhos que o candidato apresentar.

§ 2.º A documentação dará entrada na Repartição de Serviços Administrativos dentro do prazo referido neste número, sendo devolvida aos concorrentes a cópia do requerimento com o número do registo e a data da entrada, que servirá de recibo.

13. Terminado o prazo referido no número anterior, será publicado no *Diário do Governo* aviso para os candidatos entregarem, dentro dos dez dias que se seguirem à publicação, a documentação que, justificadamente, não haja acompanhado o requerimento ou substituírem a que lhes for indicada como não estando em condições.

14. A validade dos concursos documentais, com excepção dos de apuramento e dos referidos no § 2.º do n.º 47, será de um ano, a partir da data do *Diário do Governo* em que for publicada a respectiva lista de classificação dos candidatos, e a dos concursos documentais com prestação de provas será de dois anos, nas mesmas condições.

§ único. O Secretário de Estado da Agricultura pode, por despacho e sob proposta fundamentada do director-geral, fazer caducar a validade dos concursos antes do seu termo.

15. Se o número de candidatos aprovados em concursos de promoção for inferior ao das vagas existentes e das que se derem dentro do prazo de validade, será aberto novo concurso, ao abrigo e nos termos do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 29 996, de 24 de Outubro de 1939.

III

Da organização dos processos, da admissão e da exclusão de candidatos

16. Os processos referentes aos concursos de admissão e de nomeação serão organizados com base no requerimento do candidato e documentos juntos, devendo a Repartição de Serviços Administrativos proceder à sua instrução com os documentos e trabalhos remetidos pelos candidatos, as informações dos serviços referentes aos três últimos anos e quaisquer outros elementos que possam esclarecer o júri.

§ único. No que respeita aos trabalhos depositados na biblioteca geral ou suas delegações, aplica-se o disposto no § 3.º do n.º 9.

17. Os processos dos concursos de apuramento serão organizados independentemente de requerimento do interessado, aplicando-se-lhes o disposto nos §§ 1.º e 2.º do n.º 22.

18. Os candidatos ao concurso de admissão e nomeação deverão juntar ao requerimento a documentação seguinte:

- a) Certidão de idade ou pública-forma do bilhete de identidade, pelos quais se prove satisfazer os requisitos de idade exigidos por lei geral, ou certidão em que mostre estar emancipado;
- b) Certidão que comprove estar naturalizado há mais de dez anos, se não for português de origem;

- c) Documento comprovativo de ter cumprido os preceitos da Lei do Recrutamento e Serviço Militar;
- d) Certificado de registo criminal, pelo qual se verifique nada constar em seu desabono;
- e) Carta ou diploma de curso ou certidão comprovando as habilitações mínimas exigidas para desempenho do lugar;
- f) Certidão da média obtida nas cadeiras ou disciplinas fundamentais para o exercício do lugar, quando se verificar a hipótese prevista na parte final do n.º 9;
- g) Atestado médico, passado pelo delegado de saúde da área da residência, comprovativo de que tem a robustez necessária para o exercício do cargo e não sofre de doença contagiosa;
- h) Certificado, passado por um dispensário oficial antituberculoso, comprovativo da ausência de tuberculose evolutiva;
- i) Atestado que comprove ter sido revacinado ou ter sofrido um ataque de varíola nos últimos cinco anos;
- j) Declaração, em papel selado, a que se refere o Decreto-Lei n.º 27 003, de 14 de Setembro de 1936, com a assinatura reconhecida;
- l) Declaração a que se refere a Lei n.º 1901, de 21 de Maio de 1935, em impresso modelo n.º 3 da Imprensa Nacional de Lisboa e com a assinatura sobre uma estampilha fiscal de 5\$, devidamente reconhecida;
- m) Declaração de que não exerce outro cargo ou função nos serviços do Estado, corpos administrativos e organismos de coordenação económica ou corporativos nem fica abrangido pelas disposições legais sobre incompatibilidades ou, quando assim não acontecer, declaração de que pedirá a exoneração do cargo que exerce antes de tomar posse do lugar em que venha a ser provido..

§ 1.º Os candidatos aos concursos de admissão e nomeação só entregarão os documentos a que se referem as alíneas d), g), h) e m) deste número em caso de contrato ou nomeação.

§ 2.º São dispensados da junção dos documentos exigidos nas alíneas a) a c) e i) deste número os candidatos que, sendo funcionários públicos à data do concurso, provem por certidão essa qualidade e dela conste descriptivamente a existência desses documentos no seu processo cadastral.

§ 3.º Quando os candidatos sejam funcionários da Direcção-Geral, apenas é exigida a apresentação do requerimento e do documento comprovativo de possuírem as habilitações necessárias, desde que não exista nos processos individuais.

19. As informações a que se referem o n.º 16 desta portaria e o § único do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 35 422 serão prestadas pelos chefes dos serviços com quem o candidato haja servido durante o período a que dizem respeito.

§ 1.º Se se verificar que não foi dado cumprimento ao estabelecido no n.º 52 desta portaria, a Direcção-Geral solicitará as respectivas informações aos serviços ou organismos em que os funcionários se encontrem destacados.

§ 2.º Desde que estas informações não sejam remetidas dentro do prazo de entrega dos documentos para o concurso, os funcionários serão nele considerados independentemente da apreciação das mesmas.

20. Os trabalhos apresentados pelos candidatos e que tenham sido apreciados em anterior nomeação ou promo-

ção não podem de novo ser considerados, devendo a Repartição de Serviços Administrativos registar aquele facto no processo.

21. Organizados os processos, publicar-se-á no *Diário do Governo* a lista dos candidatos admitidos e excluídos, com indicação das razões da exclusão, bem como a constituição dos respectivos júris.

§ único. Da exclusão de qualquer candidato cabe recurso para o director-geral, interposto no prazo de cinco dias, contado daquela publicação, devendo a decisão ser comunicada directamente ao interessado, em caso de indeferimento, ou publicada no *Diário do Governo*, em caso de provimento.

22. Os processos dos concursos de promoção serão organizados independentemente de requerimento dos interessados, dele constando as informações a que se refere o n.º 19 e as fichas cadastrais dos candidatos.

§ 1.º Os candidatos poderão apresentar, no prazo de vinte dias, a contar da abertura do concurso, e discriminando-os em requerimento, qualquer outra documentação ou trabalhos que repute necessários para instruir o processo e avaliar do seu mérito.

§ 2.º A documentação e trabalhos referidos no § 1.º serão transitória e apensos ao processo até sua decisão final.

§ 3.º A admissão aos concursos para preenchimento dos lugares a que se refere o n.º 8 será pedida por requerimento.

IV

Dos júris, sua constituição, intervenção e decisão

23. Os júris serão presididos pelo director-geral e constituídos por um mínimo de dois vogais designados por despacho do Secretário de Estado da Agricultura de entre funcionários da Direcção-Geral.

§ 1.º O director-geral pode, mediante acordo do Secretário de Estado da Agricultura, delegar as suas funções num funcionário dos serviços de categoria não inferior à dos restantes vogais.

§ 2.º Por proposta fundamentada do director-geral, podem fazer parte dos júris funcionários estranhos à Direcção-Geral.

§ 3.º Nos concursos de promoção deverá ser agregado ao júri de admissões e promoções, como secretário e sem direito a voto, um funcionário da Direcção-Geral licenciado em Direito, que visará os processos antes da sua remessa ao presidente do júri, para verificar da sua conformidade com as disposições legais e regulamentares.

24. Concluídas as formalidades estabelecidas, a Repartição de Serviços Administrativos enviará os processos, com excepção dos referidos no n.º 26, ao júri de admissões e promoções, que reunirá em primeira sessão para os examinar, verificar a conformidade da sua organização e fixar o prazo para o seu estudo pelos diferentes membros ou nomear relator ou relatores.

§ único. Se se verificar qualquer deficiência na organização dos processos, será determinada a sua rectificação no prazo de dez dias, salvo caso de força maior devidamente reconhecido pelo director-geral, que estabelecerá então um novo prazo de harmonia com a natureza das formalidades a cumprir. Rectificada a deficiência, serão os processos devolvidos ao presidente do júri.

25. Em segunda sessão o júri estudará o parecer do relator ou relatores e elaborará a lista da classificação.

26. Se o concurso for documental e com prestação de provas, a Repartição de Serviços Administrativos enviará os processos ao júri de apreciação referido no artigo 25.º do Decreto n.º 41 588, que reunirá em primeira sessão para examinar os processos e decidir sobre a data do início das provas, o local e a hora em que se devem realizar, o

que será tornado público pelo *Diário do Governo*, depois de a respectiva homologação ser feita pelo director-geral.

§ único. No caso de deficiente organização dos processos, o júri usará da faculdade conferida no § único do n.º 24.

27. As provas serão realizadas perante o respectivo júri no local e hora marcados no anúncio a que se refere o n.º 26 e a elas assistirá, pelo menos, um dos membros do júri de admissões e promoções.

§ único. O júri terá a faculdade de dividir os candidatos em turnos, se as circunstâncias assim o indicarem.

28. Os programas sobre que versam as provas são os que se encontram em vigor.

§ 1.º Os programas dos concursos para os quais se passa a exigir a prestação de provas serão oportunamente publicados, depois de aprovados pelo Secretário de Estado da Agricultura.

§ 2.º Sempre que tenha sido aprovada qualquer alteração por inclusão ou exclusão de matéria, deverá ser feita, no dia em que for publicado o anúncio a que se refere o n.º 26, nova publicação de todo o programa ou só da parte alterada, se assim for julgado conveniente.

29. Anunciado o dia para a prestação das provas, o júri de apreciação elaborará três pontos que, depois de examinados e aprovados pelo júri de admissões e promoções, serão numerados e rubricados por dois dos seus membros, pelo menos, e encerrados em sobrescritos fechados, lacrados e rubricados pelos mesmos.

30. O presidente do júri ou qualquer dos vogais poderá interrogar os candidatos acerca da matéria do programa, mesmo que não conste do ponto sobre o qual se realizem as provas.

31. No dia, hora e local designados para as provas proceder-se-á à chamada dos candidatos, que serão identificados por meio do respectivo bilhete de identidade.

§ 1.º A falta de comparência dos candidatos às provas, quando não seja motivada por doença grave devidamente comprovada e verificada nos termos da lei, equivale à não aprovação no concurso.

§ 2.º Os candidatos que, de harmonia com o disposto no parágrafo anterior, justifiquem a sua falta submeter-se-ão a novas provas, cuja realização será anunciada no *Diário do Governo*, nos termos da parte final do n.º 26.

§ 3.º Os que se encontrem ao serviço da Direcção-Geral manter-se-ão nas mesmas condições.

32. Concluída a chamada, um dos candidatos, de escolha do júri, tirará à sorte o número do ponto, procedendo-se em seguida à abertura do sobrescrito que o contém.

33. Depois de distribuído um exemplar do ponto a cada concorrente, será fixado pelo júri o tempo de que os candidatos disporão para a realização das provas.

34. Durante a realização das provas os candidatos só poderão comunicar com os membros do júri, sendo excluídos os concorrentes que transgredirem estas disposições ou tentarem resolver fraudulentamente os pontos.

35. Expirado o prazo para a realização das provas, serão recolhidos os trabalhos dos candidatos que ainda os não tenham entregado ou concluído, qualquer que seja a altura em que se encontrem.

§ único. Os relatórios ou peças escritas dos candidatos serão por eles devidamente datados, assinados e rubricados em todas as folhas, devendo os membros do júri apor-lhes pela mesma forma a sua rubrica.

36. Quaisquer reclamações só serão aceites pelo júri no acto do concurso e quando escritas e assinadas pelo reclamante.

§ único. As reclamações não têm efeito suspensivo e serão devidamente informadas pelo mesmo júri e submetidas à decisão do júri de admissões e promoções.

37. O júri de admissões e promoções determinará a anulação das provas e a sua repetição dentro do prazo de cinco dias após a sua decisão, desde que julgue fundamentada a reclamação.

38. Concluídas as provas, o júri lavrará um termo em que se mencionem a hora a que se fez a chamada, os nomes dos candidatos presentes e dos que faltaram, o ponto tirado à sorte, a hora a que começou a contar-se o prazo para a prestação das provas, a hora a que terminaram os trabalhos e, bem assim, as reclamações apresentadas e quaisquer outros factos dignos de menção.

39. As provas serão julgadas e classificadas por cada um dos membros do júri segundo a escala de valores compreendidos entre 0 e 20.

A classificação será igual à média dos valores dados pelos diferentes membros a cada prova, só se considerando aprovados os candidatos que obtiverem, pelo menos, 10 valores.

40. O júri, cumpridas todas as formalidades referidas acima, reunirá em segunda sessão dentro dos quinze dias seguintes ao da realização das provas, para estudar em conjunto os processos e sobre eles resolver.

41. A resolução do júri constará de acta que refira todos os elementos que a justifiquem e que será integrada no processo.

42. Os processos serão remetidos ao júri de admissões e promoções para efeitos de classificação final logo que tiver terminado a sessão.

§ único. O júri de admissões e promoções designará em primeira sessão um relator ou relatores e apreciará numa segunda sessão, que se deverá realizar até ao quinto dia seguinte à data da primeira, o parecer do relator ou relatores e os processos ou só estes.

43. A classificação dos candidatos aos concursos documentais de admissão far-se-á com base na nota do curso exigido para o desempenho do lugar. Caso os candidatos apresentem quaisquer trabalhos e outros elementos comprovativos das habilitações possuídas ou da qualidade de serviços porventura já prestados que o júri entenda devam ser valorizados, a nota de curso será corrigida com essa valorização.

§ único. Quando os candidatos a que se refere este artigo façam parte dos respectivos serviços, será adicionada à classificação obtida uma valorização de 0,2 valores por ano de serviço com boas informações, quando comprovadamente esse serviço venha sendo prestado com continuidade até à data da abertura do concurso em categoria ou função idêntica ou superior à dos lugares a prover.

44. As condições de preferência, no caso de igualdade de classificações dos candidatos aos concursos de admissão, serão as indicadas a seguir, por ordem de mais-valia:

- 1) Ter melhores habilitações de interesse para o lugar a prover;
- 2) Ter maior antiguidade de serviço público;
- 3) Ter idade mais avançada.

45. Os candidatos aos concursos documentais de nomeação e de promoção serão classificados tendo em atenção as informações de serviço, documentos e outros trabalhos que constem dos processos dos candidatos enviados ao júri.

46. Nos concursos com prestação de provas a documentação deve servir de elemento de correcção da valorização para estabelecimento da classificação final.

47. Quando se trate de concursos documentais, desde a entrega dos processos ao júri de admissões e promoções até à sua decisão, não deverá mediar período superior a vinte dias.

§ 1.º Nos concursos com prestação de provas o processo deverá estar concluído no prazo máximo de vinte dias, a partir do dia da classificação das provas.

§ 2.º Para efeitos de promoção nos quadros de técnicos de médicos veterinários e de regentes agrícolas, apenas será publicada a classificação dos candidatos correspondentes ao número de vagas existentes e das que se derem durante o prazo fixado para a entrega dos documentos, considerando-se finda a validade desde que estejam preenchidas aquelas vagas.

§ 3.º A classificação será enviada para o *Diário do Governo* no prazo de cinco dias, a partir da data da entrada do processo na Repartição de Serviços Administrativos, devolvido pelo júri respectivo.

48. Das sessões do júri de admissões e promoções serão lavradas actas de que constem as razões justificativas das decisões tomadas e o próprio mapa de classificação.

49. As resoluções do júri poderão ser tomadas por maioria, devendo neste caso o vogal discordante fazer juntar à acta o seu voto devidamente fundamentado.

50. Das decisões do júri de admissões e promoções pode haver recurso para o Secretário de Estado da Agricultura, que ouvirá a Procuradoria-Geral da República sempre que se invoque preterição ou ofensa de qualquer formalidade essencial do processo.

§ único. O recurso terá de ser interposto no prazo de oito dias, a partir da data da publicação a que se refere o § 3.º do n.º 47.

V

Disposições gerais

51. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta portaria considera-se como primeiro dia o imediato àquele em que for dada execução ao que nela se estabelece, excepto se for domingo ou feriado, caso em que para o efeito será contado o primeiro dia útil que se lhes seguir.

52. Os serviços públicos e organismos que tenham requisitado pessoal dos quadros da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas remeterão à referida Direcção-Geral, por sua iniciativa e dentro dos prazos estabelecidos, a informação a que se refere o n.º 19 desta portaria.

53. A classificação dos candidatos será feita por processo de pontuação.

54. Os prazos fixados nesta portaria, com excepção do referido no § único do n.º 50, poderão ser alterados por despacho do Secretário de Estado da Agricultura, sob parecer fundamentado do director-geral.

55. O Secretário de Estado da Agricultura pode, sob proposta do director-geral, limitar os concursos de admissão e de nomeação ao pessoal em serviço na Direcção-Geral que possua as habilitações e demais condições exigidas.

56. Esta portaria substitui as Portarias n.ºs 16 730, 17 099, 20 681 e 21 588, respectivamente de 12 de Junho de 1958, 3 de Abril de 1959, 13 de Julho de 1964 e 19 de Outubro de 1965.

Secretaria de Estado da Agricultura, 7 de Abril de 1967. — O Secretário de Estado da Agricultura, *Domingos Rosado Vitória Pires*.